

Defensoria Pública participa de reunião no TJMG em busca de soluções para o projeto social Canto da Rua Emergencial



O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, participou de reunião no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) proposta pelo chefe do Judiciário mineiro, com o objetivo de buscar soluções para a melhoria da assistência à população em situação de rua, como a manutenção do projeto social Canto da Rua Emergencial.

O encontro aconteceu no dia 26 de novembro, com a presença do presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes.

PÁGINA 2

Abertura da Semana Nacional de Conciliação no Judiciário

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na cerimônia de abertura da Semana Nacional de Conciliação promovida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) no dia 30 de novembro. O DPG estava acompanhado pela chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias.

Durante o evento foram homenageadas algumas autoridades, entre elas o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares, que recebeu o reconhecimento do Judiciário estadual mineiro pela ênfase na autocomposição.

Em seu pronunciamento, o presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes, destacou que o investimento na conciliação não visa apenas a “desafogar o Judiciário, que poderia então direcionar os seus esforços para as questões mais complexas, que exigem o braço forte da lei”, mas a mudar o paradigma vigente.



Gério Soares recebe a homenagem entregue pelo 3º vice-presidente e responsável pela Assessoria de Gestão de Inovação (Agin) do TJMG, desembargador Newton Teixeira Carvalho

PÁGINA 2

Eventos dos 300 anos de Minas Gerais têm participação da Defensoria do Estado

PÁGINA 3 e 4

AINDA NESTA EDIÇÃO

> Agenda / Mundo oficial	PÁGINAS 2, 3 e 4
> Inspirando novas atitudes	PÁGINA 5
> Ações em destaque	PÁGINAS 5, 6 e 7
> Escola Superior	PÁGINA 7
> Na mídia	PÁGINA 8
> Procedimentos/Comunicados internos	PÁGINA 9

Defensoria Pública de Minas debate combate à corrupção em evento da Arcco-MG

PÁGINA 5

DPMG obtém na Justiça garantia de vagas em escolas para crianças e adolescentes na rede municipal de Barbacena

PÁGINA 7

CONTINUAÇÃO DA CAPA | AGENDA DPG

• Reunião no TJMG busca de soluções para o Canto da Rua Emergencial

O encontro aconteceu no dia 26 de novembro, com a presença do presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes; do prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil; da presidente do Núcleo de Voluntariado do Tribunal, desembargadora Maria Luíza de Marilac Alvarenga Araújo; do procurador-geral de Justiça adjunto institucional, promotor Marcos Tofani Baer Bahia; além da assessora e do gestor do Projeto Canto da Rua Emergencial, irmã Cristina Bove e Maurício Melo, respectivamente.

Criado pela Pastoral Nacional do Povo da Rua, o projeto social Canto da Rua Emergencial tornou-se uma frente humanitária integrada por diversas instituições e sociedade civil para acolhimento à população em situação de rua de Belo Horizonte. O projeto está instalado

provisoriamente na Serraria Souza Pinto, na Região Centro-Sul da Capital.

Durante a reunião, os dirigentes do projeto apresentaram as dificuldades enfrentadas para a manutenção da iniciativa ao prefeito Alexandre Kalil, que imediatamente estendeu a ajuda da Prefeitura de BH até março de 2021.

A Defensoria Pública de Minas Gerais é parceira do projeto desde o início de sua realização e tem prestado atendimento no local, por meio da Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH).

Na Serraria, a população em situação de rua recebe higienização, alimentação, tem acesso a banheiros públicos, espaço para animais domésticos, além de atendimentos gratuitos oferecidos por instituições e entidades.

• Semana Nacional de Conciliação em Minas

A programação do evento da Semana Nacional de Conciliação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais incluiu o lançamento do projeto “Conciliação em Domicílio”, que será testado em formato piloto na comarca de Governador Valadares, além de momento cultural com um quinteto de cordas, palestras, homenagens e interação com o público por meio da internet.

DPMG: foco na autocomposição

Em Minas Gerais, desde 2010 a Defensoria Pública investe na formação de defensores públicos e servidores em mediação de conflitos. Além disso, tem

promovido a expansão de Centros de Mediação e Conciliação pelo Estado.

Os centros já estão presentes em Patos de Minas, Nova Lima, Santa Luzia, Belo Horizonte, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Pouso Alegre, Pedro Leopoldo, Poços de Caldas, Matias Barbosa, Montes Claros e Passos.

Considerando 2019 e 2020, a DPMG realizou no Estado 8.399 prestações, entre sessões de conciliação e mediação, judiciais e extrajudiciais. São conflitos solucionados de forma consensual, resolvidos de maneira mais célere e que têm evitado que milhares de processos sigam por anos em disputas litigiosas.

Defensor-geral de Minas Gerais participa da abertura do Senasp Itinerante

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, participou da abertura do Senasp Itinerante, iniciativa da Secretaria Nacional de Segurança Pública que tem o objetivo de aproximar o Ministério da Justiça e Segurança Pública dos órgãos de Segurança dos estados.

A ação pretende compreender as principais demandas da área e apoiar o que for necessário para o fortalecimento das forças policiais. O evento aconteceu na terça-feira (19/12), na Cidade Administrativa.

Secretários estaduais e representantes de órgãos da Segurança Pública dos quatro estados da região Sudeste estarão reunidos em Belo Horizonte até 3 de dezembro. Além de ouvir as demandas locais, a ação Senasp Itinerante vai apresentar aos estados os programas estruturantes do Ministério da Justiça, divididos em sete temas.



São produtos que abordam, por exemplo, o fortalecimento das instituições de segurança, a valorização dos profissionais do setor e as políticas de prevenção à violência.

[Leia na íntegra](#)

Eventos dos 300 anos de Minas Gerais têm participação da Defensoria Pública do Estado

Criação da Capitania de Minas Gerais foi estabelecida em 2 de dezembro de 1720, pelo rei Dom João V

No dia 2 de dezembro, data que marca os 300 anos da criação da Capitania de Minas Gerais, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou de eventos comemorativos promovidos pelo Governo do Estado e pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na cerimônia realizada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte.

O evento marcou a inauguração do Circuito Luzes da Liberdade e o lançamento do 300 +1, projeto de uma série de comemorações que se estenderá ao longo de 2021, uma vez que, neste ano, o calendário de atividades foi interrompido pela pandemia de Covid-19.



Reunião Especial

A Assembleia Legislativa realizou uma Reunião Especial para marcar a data. A comemoração aconteceu de forma virtual. A solenidade foi dirigida pelo 2º vice-presidente da ALMG, deputado Cristiano Silveira, que substituiu o presidente, deputado Agostinho Patrus. O assessor institucional Wilson Hallak Rocha representou o defensor público-geral na cerimônia.

Em suas palavras, Wilson Hallak, fez um breve retrospecto da criação de capitania de Minas Gerais e enalteceu os valores do povo mineiro. “Exaltar o passado é refletir a trajetória histórica de Minas, seus feitos e lutas e sua afirmação como povo e sociedade. É também reviver a importância do território mineiro e sua contribuição para o desenvolvimento do país”, afirmou o defensor público.

Durante a solenidade, foi exibido o vídeo conceitual dos 300 anos, com imagens gravadas no Santuário Nossa Senhora da Piedade, em Caeté, e lançado o livro “Minas Gerais – Visão de conjunto e perspectivas”, em versões e-book e impressa.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Missa comemorativa

O defensor público-geral Gério Patrocínio Soares representou a DPMG em missa comemorativa aos 300 anos, realizada na quinta-feira (3/12), no Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, na Serra da Piedade, em Caeté, conduzida pelo arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira de Azevedo.

Ao final da missa, o governador Romeu Zema falou da importância de governar para o povo e ressaltou que, na comemoração dos 300 anos, é preciso lembrar que Minas Gerais, berço da liberdade, sempre representou a mudança. O vice-governador Paulo Brant também enalteceu a história de três séculos de Minas e da marca da atual gestão. Já dom Walmor classificou os 300 anos de Minas como um tesouro e uma grande herança para os mineiros.

Com informações da Agência Minas

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



EVENTOS DOS 300 ANOS DE MINAS GERAIS

Comemoração do IAMG do Dia da Advocacia Criminal

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais no evento promovido pelo Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG) em comemoração ao Dia da Advocacia Criminal, celebrado na quarta-feira (2/12).

A cerimônia, que foi realizada no Palácio da Liberdade, integra as iniciativas do IAMG para a celebração do aniversário de 300 anos do Estado de Minas Gerais, festejado na mesma data.

Também estiveram presentes o secretário adjunto de Estado de Justiça e Segurança Pública, Gustavo Tostes; a desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e presidente do Instituto de Ciências Penais (ICP), Kárin Liliane de Lima Emerich; o presidente da Associação Nacional da Advocacia Criminal (Anacrim), James



Walker; o presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim), Elias Mattar Assad; e o presidente da Comissão de Defesa de Prerrogativas da OAB-CE, Cleto Gomes.

Defensor público-geral participa de posse administrativa do novo procurador-geral de Justiça



O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou na terça-feira (1/12) da cerimônia de posse administrativa do novo procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, eleito para o biênio 2021/2022.

A solenidade aconteceu na Cidade Administrativa, ocasião em que o governador Romeu Zema assinou o livro de posse. Jarbas Soares assume do cargo de chefia do Ministério Público de Minas Gerais pela terceira vez, sucedendo Antônio Sérgio Tonet.

Também participaram da cerimônia secretários de Estado, representantes de Poderes, órgãos governamentais e familiares do novo procurador-geral.

DPMG participa de inauguração da APAC de Visconde do Rio Branco

O assessor Institucional da Defensoria Pública de Minas Gerais, Wilson Hallak Rocha, representou o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares na inauguração do Centro de Reintegração Social Franz de Castro Holzwarth da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Visconde do Rio Branco. A solenidade aconteceu no dia 27 de novembro.

A unidade em Visconde do Rio Branco possui capacidade para abrigar até 120 apaquianos. Durante o evento, doze recuperandos que ajudaram na construção da nova Apac plantaram no local doze mudas de ipê amarelo. Cada muda recebeu o nome do recuperando responsável pelo plantio.



INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensoria de Minas debate combate à corrupção em evento da Arcco-MG

Na quinta-feira (3/12), o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, foi representado pelo assessor de Planejamento e Infraestrutura, defensor público Nikolas Katopodis, na abertura do evento em comemoração ao Dia Internacional Contra a Corrupção, promovido pela Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção de Minas Gerais (Arcco-MG).

O evento teve como objetivo compartilhar os avanços alcançados e refletir sobre os desafios do setor público em face da atual crise sanitária mundial, com destaque para as investigações relativas à Covid-19, bem como a prevenção e transparência em Minas Gerais, com ênfase na necessidade de construir estratégias de atuação em rede para o combate à corrupção. Dividido em painéis temáticos, o encontro contou com a participação de diversas autoridades dos órgãos de controle e esferas de poder.

O controlador-geral do Estado de Minas e coordenador da Arcco-MG, Rodrigo Fontenelle, representou o governador Romeu Zema e conduziu os trabalhos. Em mensagem enviada por vídeo, o governador reafirmou seu compromisso de combate à corrupção e destacou ações como a Rede



Realizado anualmente, nesta edição o encontro foi online, com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube da CGE-MG.

Mineira de Integridade. A iniciativa do Executivo reuniu instituições estaduais para atuação conjunta em ações de fomento à integridade, prevenção e combate à corrupção, promoção da integridade e da ética pública. A Defensoria de Minas integra a Rede.

Em sua fala, o defensor público Nikolas Katopodis observou que a corrupção vem comprometendo, de forma grave e reiterada, o exercício de direitos da população, a credibilidade das instituições e o conceito que a sociedade tem dos servidores públicos.

[Leia na íntegra](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

Projeto social leva produtos alimentícios e de higiene para famílias vulneráveis de Conselheiro Lafaiete

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) realizou mais uma entrega de doações por meio do projeto “Caminhos para o Recomeço”. A ação foi realizada na quarta-feira (25/11) para famílias em situação de vulnerabilidade, em Conselheiro Lafaiete.



A entrega foi feita pelo servidor da DPMG, Adriano de Almeida Cunha, com a participação da servidora Cassiana e voluntários do Movimento Familiar Cristão

A iniciativa conta com a participação da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC) da DPMG. São parceiros o Movimento Familiar Cristão e a Apac de Conselheiro Lafaiete. Também apoiam o projeto Super Cesta Básica de Alimentos, Comunidade Viva Sem Fome e Mesa Brasil Sesc. O objetivo é prestar apoio a este grupo de cidadãos em situação de vulnerabilidade, enquanto perdurar a crise socioeconômica provocada pela pandemia de Covid-19, e também às famílias de pessoas encarceradas ou egressas do sistema carcerário.

Desde que o “Caminho para o Recomeço” começou, em maio deste ano, já foram entregues quase 300 cestas básicas, em um rodízio entre as famílias beneficiadas.

De acordo com a defensora pública Isabela Salomão Silva, que está à frente do projeto em Conselheiro Lafaiete, o rodízio é estabelecido conforme a circunstância específica de cada família, para que as doações atinjam o maior número de pessoas possível. Para Isabela Salomão, o projeto é uma experiência enriquecedora para o trabalho do defensor público por possibilitar conhecer “in loco” a realidade das famílias assistidas.

AÇÕES EM DESTAQUE

Teófilo Otoni inaugura espaço de acolhimento à mulher em situação de violência doméstica

No dia 27 de novembro, quando se celebrou o Dia Internacional de Eliminação à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, foi inaugurado em Teófilo Otoni um espaço provisório de acolhimento à mulher em situação de violência doméstica.

A iniciativa é fruto do esforço conjunto da Defensoria



Pública do Estado, Tribunal de Justiça, Prefeitura e órgãos de segurança, que se uniram para combater a violência contra a mulher na região.

A defensora pública Lígia Olímpio de Oliveira, coordenadora da Regional Mucuri e local em Teófilo Otoni, destaca a importância do novo espaço. “Este é um momento ímpar no município, um momento muito importante, necessário, fundamental. As mulheres do nosso de Teófilo Otoni sofrem violência todos os dias e, muitas vezes, elas não saem de suas casas por não terem para onde ir”, observa Lígia.

Segundo a defensora pública, foi feito um trabalho conjunto com o executivo municipal, com o objetivo de conscientizar a população e as mulheres. “Chega. Violência não dá mais. Mulheres, vocês têm para onde ir, vocês serão acolhidas”, diz.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Coordenador regional da DPMG participa de reunião para discutir medidas de enfrentamento da Covid-19 em Governador Valadares

O defensor público Gilvan de Oliveira Machado, coordenador da Regional Vale do Rio Doce, da Defensoria Pública de Minas Gerais, se reuniu na quarta-feira (2/12) com demais autoridades na Prefeitura de Governador Valadares para discutir medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 no município.

O encontro, liderado pelo prefeito André Merlo, teve a participação do secretário de Estado de Saúde, Carlos Eduardo Amaral, por videoconferência.

[Leia na íntegra](#)



Defensoria de Minas obtém a suspensão da cobrança de taxas de limpeza pública do Município de Sabinópolis

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais deferiu medida liminar destinada à suspensão da cobrança das “Taxas de Limpeza Pública” previstas no Código Tributário do Município de Sabinópolis (Lei Complementar n. 2.244/18).

A Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 1.0000.19.125539-7/000 foi proposta pelo defensor público-geral de Minas Gerais, que apontou violação ao disposto nos artigos 4º, § 2º, 144, II e § 2º, da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Gério Patrocínio Soares enfatizou que os serviços de limpeza e lavagem das vias e logradouros públicos,

limpeza de bueiros, galerias de águas pluviais, córregos, capinação do leito das ruas prestados pelo Município de Sabinópolis são desfrutados genérica e indistintamente pelos contribuintes, em caráter universal, de modo que não há como os destacar em unidades autônomas ou mensurar o proveito individual de cada contribuinte que corresponda ao tributo.

A Defensoria Pública-Geral contou com a colaboração da Defensoria Pública na comarca de Janaúba, por meio do defensor público Gustavo Dayrell, para a elaboração da petição inicial.

[Para acessar o acórdão, clique aqui](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria obtém na Justiça garantia de vagas em escolas para crianças e adolescentes na rede municipal de Barbacena

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) obteve êxito em ação civil pública ajuizada em 2012, requerendo a condenação do Município de Barbacena na obrigação de disponibilizar vagas para crianças e adolescentes que se encontram sem acesso à rede pública de ensino.

A decisão favorável foi proferida no último dia 26 de novembro pelo juiz titular da Vara da Infância e Juventude da comarca de Barbacena.

Segundo Felipe Rocha Panconi, coordenador local da unidade da DPMG em Barbacena e um dos defensores públicos que esteve à frente da ação, na época do ingresso da ACP foi apurado, por meio do Conselho Tutelar da comarca, que o déficit de vagas para acesso a creches e escolas do Município de Barbacena “era imenso, de aproximadamente 150 vagas”.

Na decisão do dia 26 de novembro último, o juiz de Direito Alexandre Verneque Soares julgou totalmente procedente o pedido inicial da Defensoria Pública,

condenando o Município de Barbacena a disponibilizar vagas para todas as crianças e adolescentes que aguardem em lista de espera para se matricular, sob pena de multa de R\$ 1.000 por vaga não disponibilizada (qualquer criança e/ou adolescente que aguarde em lista de espera), limitada ao montante de R\$ 3.000.000.

“Mais que garantir vagas em escolas para centenas de crianças e adolescentes, a materialização do direito à educação é dever de todos os que almejam a construção de um país desenvolvido. Ou seja, a disponibilização de vagas por parte do Município não constitui apenas a correção de um vício administrativo atual, mas, principalmente, a correção de um vício histórico, cujos frutos a própria sociedade colherá no futuro”, afirmou o magistrado na decisão.

Também atuaram na ação os defensores públicos Cássia Rejane Chiericatto e Sidnei Henrique da Silva.

[Clique aqui para ler a decisão](#)

Município de Durandé extingue o cargo de ‘defensor público municipal’

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (n. 1.0000.20.019195-5/000) em face da Lei 598/2015, do parágrafo 3º do artigo 245 e anexo II da Lei n. 638/2017, e artigo 2º da Lei n. 691/2019, anexo II, os quais disciplinam a criação do cargo de defensor público no âmbito do Município de Durandé, na região da Zona da Mata.

Após notificação, o Município, por meio da Lei 723 de 4 de setembro de 2020, extinguiu o cargo de “defensor público municipal”, substituindo-o pelo cargo de assistente jurídico. Assegurou ainda, aos candidatos inscritos para concorrer à vaga de defensor público do concurso municipal n. 01/2019, o qual foi suspenso, o direito de posse ao cargo de assistente jurídico em caso de aprovação, ou o direito de reaver o valor da inscrição,

no caso de não desejar mais concorrer à vaga.

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, esclareceu que, em razão da adequação promovida pela novel legislação municipal, a ação foi extinta, reafirmando que “a competência para instituição das Defensorias Públicas é da União e também dos Estados, não havendo tal autorização para os Municípios”.

A Defensoria Pública-Geral contou com a colaboração da Defensoria Pública na comarca de Janaúba, na pessoa do defensor público Gustavo Dayrell, para a elaboração da petição inicial. A Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG) ingressou no feito como *amicus curiae*.

[Para acessar o acórdão, clique aqui](#)

**ESCOLA SUPERIOR****Esdep promove 3º módulo do curso virtual sobre Tribunal do Júri**

Na sexta-feira (4/12), a Esdep promoveu o terceiro módulo do Curso Prático “Tribunal do Júri – Os desafios colocados pela atualidade”. O conteúdo é voltado para defensores públicos e estagiários de Direito.

Neste módulo, os defensores públicos Adhemar Della Torre, Luisa Pacheco de Melo Souza, Pollyana Oli-

veira Melo e Richarles Rios abordam feminicídio, defesa objetiva e institucionalização da defesa, apartes e escolha de jurados.

O próximo e último encontro está marcado para o dia 11/12 também pela plataforma Microsoft Teams.

NA MÍDIA

Em entrevista ao telejornal MG Inter TV, defensor público fala sobre absolvição de assistido negro preso injustamente

A atuação exitosa da Defensoria Pública de Minas Gerais que resultou na absolvição de um jovem negro que permaneceu preso injustamente por quase dois anos, por suspeita de participação em um assassinato em Montes Claros, foi tema de reportagem do telejornal MG Inter TV 2ª Edição exibido em 30 de novembro.

Em entrevista à reportagem, o defensor público que atuou na defesa, Cantídio Dias de Freitas Filho, falou sobre o caso e sobre o provável racismo estrutural sofrido pelo assistido.

[Clique aqui para ver](#)

Defensoria Pública acredita que racismo pode ter influenciado as investigações

[MG Inter TV 2ª Edição – Grande Minas](#)



STF reconhece a possibilidade de alteração de etapas de concurso público em razão de crença religiosa

[Jornal Cidade Conecta](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br